



DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CENÁRIO ATUAL: RESISTÊNCIAS E PROPOSIÇÕES AOS PROJETOS DE DESMONTE E DESCARACTERIZAÇÃO

Lucia Augusta Lino

RESUMO

A reconfiguração das políticas educacionais e a imposição de matrizes curriculares homogeneizadas – medidas que impactam negativamente a educação e a formação de professores – é o tema deste trabalho. Destacamos o cenário político em que essas ações foram gestadas e a centralidade dos ataques à educação pública no pós-golpe de 2016. A padronização curricular imposta pelas bases curriculares nacionais, entre outras ações, ancoradas em concepções curriculares ultrapassadas, favorecem processos de privatização e mercantilização, afinados com concepções neoliberais e redução do direito à educação. A reconfiguração curricular em curso impõe extremo controle, centralização e padronização, atingindo tanto os currículos escolares quanto os cursos de formação de professores. Objetivamos problematizar a política educacional atual e indicar alternativas de resistência ao processo de desmonte e descaracterização curricular que ameaça a construção coletiva dos projetos político-pedagógicos nas instituições escolares e nos cursos de formação de professores para a educação básica.

Palavras-chave: políticas educacionais. formação de professores. reformulações curriculares; cenário político.

CHALLENGES OF TEACHER TRAINING IN THE CURRENT SCENARIO: RESISTANCE AND PROPOSITIONS TO THE PROJECTS OF DISMANTLING AND RECHARACTERIZATION

ABSTRACT

The reconfiguration of educational policies and the imposition of homogenized curricular matrices – measures that negatively impact teacher education and training – is the theme of this work. We highlight the political scenario in which these actions were carried out and the centrality of attacks on public education in the post-coup of 2016. The curricular standardization imposed by the national curriculum bases, among other actions, anchored in outdated curricular conceptions, favor privatization and commodification processes, in tune with neoliberal conceptions and reduction of the right to education. The ongoing curricular reconfiguration imposes extreme control, centralization and standardization, reaching both school curricula and teacher training courses. We aim to problematize the current educational policy and indicate alternatives of resistance to the process of dismantling and recharacterization of the curriculum that threatens the collective construction of political-pedagogical projects in school institutions and in teacher training courses for basic education.

Keywords: educational policies. teacher training. curricular reformulations; political scenario.

RETOS DE LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO EN EL ESCENARIO ACTUAL: RESISTENCIAS Y PROPUESTAS A LOS PROYECTOS DE DESMANTELAMIENTO Y DESCARACTERIZACIÓN

RESUMEN

La reconfiguración de las políticas educativas y la imposición de matrices curriculares homogeneizadas –medidas que impactan negativamente la educación y la formación de los docentes– es el tema de este trabajo. Destacamos el escenario político en el que se llevaron a cabo estas acciones y la centralidad de los ataques a la educación pública en el post-golpe de 2016. La normalización curricular impuesta por las bases curriculares nacionales, entre otras acciones, ancladas en concepciones curriculares obsoletas, favorecen los procesos de privatización y mercantilización, en sintonía con las concepciones neoliberales y la reducción del derecho a la educación. La reconfiguración curricular en curso impone un control extremo, centralización y estandarización, llegando tanto a los planes de estudios escolares como a los cursos de formación de maestros. Nuestro objetivo es problematizar la política educativa actual e indicar alternativas de resistencia al proceso de desmantelamiento y descarrilización del currículo que amenaza la construcción colectiva de proyectos político-pedagógicos en las instituciones escolares y en los cursos de formación del profesorado para la educación básica.

Palabras clave: políticas educativas. formación de maestros. reformulaciones curriculares; paisaje político.

INTRODUÇÃO

Em maio de 2019, participamos de evento na FURG - *Textos e Contextos da Docência*, em mesa com a temática *Currículo e Formação de Professores: Desafios da atualidade*. Na ocasião, já apresentávamos, como pano de fundo para o debate sobre as políticas educacionais, o cenário de intenso retrocesso político-econômico e institucional, a partir do Golpe de 2016¹, acentuado pelas eleições para os executivos e legislativos das esferas municipais, estaduais e federais de 2016 e 2018, com predominância de propostas ancoradas na pauta conservadora nos costumes e ultraliberal na economia. Sob o pretexto do combate à corrupção, se instaurou, a partir de 2016, um processo de diminuição do Estado como garantidor de direitos e do bem-estar social, retomando a concepção neoliberal de governabilidade e cidadania, rejeitada nas urnas em 2002, 2006, 2010 e 2014, tem-se a edição de uma série de medidas que reduzem direitos sociais e conquistas democráticas e facilitam a exploração das riquezas do país pelo capital internacional², entre

¹ Consideramos *o impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff um golpe jurídico-parlamentar-midiático-empresarial, comungando da mesma compreensão que as entidades nacionais que integram o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE).

² Aprovação da Lei 13.365 de 29/11/2016 (PL 4567/2016), alterando o papel da Petrobrás na exploração do

outros ataques à soberania nacional.

A manipulação da opinião pública pela produção de falso consenso ancorado em um discurso anticorrupção que omite a seletividade e a parcialidade das denúncias, e o atendimento aos interesses políticos-eleitorais, somente possíveis devido a um intenso processo de judicialização da política e de politização do Judiciário e da Polícia Federal, favoreceu a ascensão da direita conservadora. Nesse cenário, vimos multiplicarem-se ações típicas de Estado de exceção, visando a, principalmente, implantar projeto de redução do Estado e supressão dos direitos sociais para atender a interesses econômicos de grandes corporações financeiras, industriais, agroexportadoras e comerciais, representadas pela grande mídia extremamente poderosa e concentrada.

Nesse cenário, desde 2016, a legislação educacional vem sendo alterada, quase sempre de forma açodada e autoritária, com impactos nocivos no direito à educação, na democratização da gestão e na qualidade do ensino. Como explicita o documento da Anfope³, com seu posicionamento sobre a BNCC, datado de 2017:

Hoje, sob o protesto das entidades científicas, sindicais e de diversos movimentos sociais organizados da sociedade civil, revivemos um contexto autoritário semelhante àquele anterior ao da redemocratização do país, só estancado com a promulgação da Constituição de 1988, que reinstituiu o Estado democrático de direito e os direitos de cidadania. O cenário atual, a par da instabilidade política e econômica e de ampla crise institucional, é marcado por imposições de medidas que implicam retrocessos à educação, mediante adoção de políticas que retiram direitos e desmontam estruturas e ações nos diversos campos da vida social que impactam diretamente o financiamento para a educação e as políticas nacionais de formação de professores. Tais movimentos prejudicam irremediavelmente a infraestrutura escolar, comprometem o acesso aos materiais e tecnologias educacionais ao mesmo tempo em que distorcem a necessária avaliação da educação básica. Assim, coerente com a luta em defesa da educação pública que vimos travando há quatro décadas, manifestamos em alta voz que a ANFOPE repudia todas as medidas reformistas do Estado brasileiro infligidas nos últimos dois anos por coerção advinda da sociedade política. (ANFOPE, 2017)

Consideramos importante compreender a vinculação do retrocesso político com os desafios postos à educação e à formação de professores hoje. Nesse sentido, nos últimos anos, diversas manifestações conjuntas de um número cada vez maior de entidades têm denunciado o desmonte da política educacional e os ataques à escola e às Universidades

Pré-Sal, que, em decorrência, diminui os recursos do Fundo do Pré-sal, destinados à saúde e à educação.

³ Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, entidade que luta em defesa da formação e da valorização dos professores e do fortalecimento da educação pública, gestada no movimento de educadores, ao longo da década de 1980, e fundada em 27 de julho de 1990, durante o V Encontro Nacional da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE).

públicas e seus profissionais. Cabe ressaltar que o retrocesso em curso não se limita à área educacional, mas se caracteriza como um processo mais amplo, que atinge diversos aspectos da sociedade brasileira, ameaçando os direitos sociais e civis e os princípios democráticos constitucionais, com reflexos danosos na educação, saúde, segurança, previdência e assistência social, impactando a cidadania, a qualidade de vida e a sociabilidade da população.

Eleito em 2018⁴, em um panorama político marcado pela polarização e pelo recrudescimento de uma onda autoritária, conservadora e fundamentalista, com viés profascista, e vinculada aos interesses das oligarquias político-econômicas conservadoras, Bolsonaro dá continuidade às medidas de redução do financiamento estatal na área social, mas ensaiando forte controle ideológico das instituições⁵, visando ao aparelhamento do Estado. Os cortes nos investimentos amplificam a crise econômica, utilizada como pretexto para a retirada de direitos dos trabalhadores, que, entretanto, não diminuem os índices de desemprego. Em paralelo, temos a proliferação de discursos – repercutidos pelo próprio Ministério da Educação – que vilipendiam Universidades, desacreditam a educação escolar e atacam professores, e mais, negam a ciência, a educação e a cultura, a par de ações que ferem a autonomia e desrespeitam a gestão democrática de diversas instituições públicas. Indiscrições, indícios de corrupção, falseamento de informações, insensibilidade, entre outras condutas inapropriadas que dão farto material para a imprensa provocam rearranjos ministeriais e queda vertiginosa de popularidade. Apoiadas pela Presidência e seus aliados, ocorrem diversas manifestações de rua e nas redes sociais com ataques à Constituição Federal e aos poderes instituídos, assim como discursos e atos de intolerância à diversidade cultural e à pluralidade de ideias, racismo e preconceito. No plano internacional, a atuação presidencial compromete a imagem do país no exterior e provoca mal-estar em relações diplomáticas e comerciais. Tal contexto obriga diversos atores sociais⁶ a reafirmar posições em defesa dos princípios democráticos constitucionais que devem balizar a vida pública, cotidianamente violados.

Em 2020, com a pandemia do Covid-19 disseminada em escala mundial, que, em

⁴ Em processo eleitoral marcado pela polarização ideológica e pela manipulação da opinião pública via fakenews, com destaque para o papel das redes sociais semeando um discurso de ódio (à esquerda, ao PT, à diversidade, aos pobres, aos negros, às mulheres, à educação pública, aos professores), acirrando a intolerância e o preconceito e incitando a violência, fantasiado de verde e amarelo.

⁵ Afirma que as instituições públicas são dominadas ideologicamente pelo ‘marxismo cultural’ - teoria conspiratória disseminada pela direita ultraconservadora, em que, a partir de valores culturais, a sociedade seria contaminada pelo comunismo – e, portanto, a produção intelectual sob suspeita deveria ser sufocada.

⁶ Ver sites das entidades: www.anfope.org.br; www.anped.org.br; www.anpae.org.br; www.fnpe.com.br.

poucos meses, provoca milhões de infectados e centenas de milhares de mortos ao redor do mundo, obrigando a adoção de medidas extremas de contenção do contágio, como o isolamento social. No campo educacional, a pandemia trouxe a suspensão das atividades escolares e a polêmica adoção em massa de atividades remotas em substituição às aulas presenciais, em diversos formatos, trazendo desafios inéditos aos profissionais da educação, aos estudantes e suas famílias, em todos os níveis em modalidades de ensino, impactando de forma inaudita o cotidiano e a rotina de todos.

No Brasil, que já atravessava crise econômica, desemprego em índices elevados, alto percentual de trabalhadores em situação de precarização e informalidade, e uma rede de saúde sucateada pelos cortes dos investimentos nas áreas sociais, a pandemia significou a ampliação da miséria, comprometendo a sobrevivência da população empobrecida⁷, também a mais vulnerável ao contágio pelas insalubres condições de moradia. A pandemia do novo Coronavírus evidenciou, ainda mais, a incapacidade governamental de enfrentar a crise institucional, política e econômica, e, agora, também, sanitária, que ceifou, em menos de três meses, mais de 65 mil vidas brasileiras, e acentuou as condições de pobreza de parcela significativa da população.

Neste trabalho, apresentamos este cenário retroativo como determinante na redução do direito à educação e no desmonte das políticas educacionais, apontando os impactos na formação dos professores e em sua carreira e atuação e, ainda, levantando alternativas de resistência. Destacamos a imposição de uma padronização curricular desnecessária, reducionista e alienante como danosa à qualidade da educação e à formação de professores.

O caminho metodológico utilizado para a escritura do texto parte da análise da política educacional a partir das manifestações públicas das entidades nacionais do campo educacional, publicizadas nos últimos anos, no período pós-golpe de 2016, especialmente, ancorada nos princípios defendidos pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

UM CENÁRIO DE DESMONTE E RETROCESSO IMPOSTO À POLÍTICA EDUCACIONAL

Vimos que, na atual conjuntura nacional, se multiplicam os ataques às instituições

⁷ O país tem 210 milhões de habitantes, e, destes, cerca de 55 milhões receberão auxílio emergencial para assegurar uma renda mínima para a subsistência durante a pandemia. Um número próximo a 20 milhões de brasileiros – os mais pobres – estão fora dos cadastros governamentais e não receberão nenhum auxílio.

públicas, às entidades representativas dos trabalhadores, aos direitos sociais, e ao próprio estado democrático de direito e, *lato sensu*, à democracia, em um contexto de amplo retrocesso político, econômico e cultural.

O conjunto das ações⁸ projetadas ou em curso, a partir de 2016, além de efetivarem a progressiva supressão de direitos sociais e o congelamento dos investimentos públicos, focaram o campo educacional, considerado estratégico para os interesses do projeto neoliberal de redução da esfera pública e ampliação da atuação da esfera privada. Logo após o *impeachment*, a Emenda Constitucional 95/2016⁹ assegurou o desinvestimento progressivo na área social, comprometendo a viabilidade do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e a ampliação e democratização da oferta da Educação Básica e Superior e da melhoria da qualidade do ensino, que requer investimentos progressivos para assegurar o necessário financiamento da educação pública.

Ainda em 2016, assistimos a intervenções do MEC que descaracterizaram o Fórum Nacional de Educação (FNE), reconfiguraram o Conselho Nacional de Educação (CNE) e efetivaram cortes de verbas e a extinção de programas.

O governo iniciou o processo de desmonte da legislação educacional, de forma autoritária e açodada, com a Medida Provisória 746/2016¹⁰, que descaracterizou o ensino médio, o fragmentando em itinerários formativos, desobrigando a oferta de diversas disciplinas ou reduzindo sua carga horária; ademais, alterando as regras de financiamento da educação pública, permitindo parcerias com o setor privado, e mais, de que parte da formação dos estudantes de rede pública seja feita por instituições privadas, inclusive na modalidade a distância. A reforma do ensino médio favoreceu a mercantilização do ensino, aprofundando a dualidade educacional, ao negar a oferta desse nível em igualdade de condições, promovendo o *apartheid* social da juventude pobre, inviabilizando seu acesso ao ensino superior. Em nota, a Anfope (2016) repudia, entre outras, a subordinação da Reforma do Ensino Médio às regulações de uma BNCC ainda não aprovada, que impõe uma padronização curricular que não assegura os princípios garantidos pela Constituição Federal, pela LDB e pelo PNE 2014-2024. E mais:

⁸ Destaque para as contrarreformas trabalhista e previdenciária, que institucionalizam a precarização do trabalho e a retirada de direitos, com impacto nos serviços públicos já atingidos pela terceirização da gestão (dramática na área da Saúde, como evidenciam as denúncias de corrupção e ineficácia das OS na pandemia) e do trabalho, e o congelamento de salários e a retomada do projeto de privatização das empresas públicas.

⁹ Institui um novo regime fiscal que congela por 20 anos os gastos públicos, reduzindo os investimentos.

¹⁰ A MP 746, aprovada no Congresso como Lei 13.415/17, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no que diz respeito à organização curricular do ensino médio, e a Lei 11.494/2007, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A MP desconsidera as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/SEB 2/2012), ignora ainda o Pacto Nacional pelo Ensino Médio e o Plano Nacional de Educação, demonstrando falta de conhecimento da realidade concreta das escolas brasileiras e dos estudantes de nível médio, configurando-se como uma ameaça à educação básica pública, estatal, gratuita e de qualidade social (ANFOPE, 2016)

A Lei 13.415/17, que reforma o ensino médio e altera a LDB, também, dá margem para a precarização, para a alienação e para a desqualificação do trabalho docente, para a dispensa de professores ‘ociosos’ com a desobrigação de disciplinas, acarretando a redução e/ou ‘otimização’ da carga horária do professor, além da possibilidade de 40% da carga horária ser em EAD, atendendo a interesses privatistas. Ademais, se inseriu, na legislação, o ‘notório saber’, isto é, institucionalizou-se o professor leigo, sem formação, e mecanismos que permitem tornar o professor descartável, mais barato, menos reivindicativo.

O desinvestimento projetado acentua o interesse pela privatização, e o discurso da ‘equalização social’ cede lugar à ideologização da escola e da sociedade. Na síntese, efetiva-se a redução do direito à educação de qualidade – ela é um serviço, uma mercadoria, um produto.

Na sequência, o CNE, já reconfigurado, acelera o processo de padronização curricular, com a BNCC, apoiado pelos dirigentes municipais e estaduais de educação (UNDIME e CONSED) e de setores influentes do empresariado nacional (Todos pela Educação).

Tais ações produzem impactos negativos na educação, tendo em vista que a legislação educacional está sendo redesenhada pelas novas forças políticas que assumiram a educação para atender às necessidades de um projeto inspirado na internacionalização da política educacional brasileira. Tal projeto, que nos anos 1990 norteava a proposta educacional do MEC, retorna, trazendo os mesmos conceitos: padronização, avaliação, responsabilização e meritocracia. (LINO, 2019, p. 28)

O processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC, marcado pela falácia de um diálogo simulado, teve forte oposição das entidades nacionais¹¹ que integram o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE).

¹¹ O FNPE é composto por 35 entidades, dentre as quais, destacamos a ABdC, Anped, Anfope, Anpae, Forumdir, CEDES, CNTE, CONTEE, UNE, UBES, entre outras.

O CNE, cuja composição atual se alinha predominantemente a concepções neoliberais, privilegiou setores do empresariado interessado na padronização do ensino para atender fins mercadológicos, permaneceu surdo às críticas propositivas das entidades educacionais, subsumiu os debates e acelerou a aprovação¹² da base. Como explicitava a ABdC (2017), “a parceria estabelecida entre o MEC e fundações privadas, para a formulação e legitimação da BNCC”, assim como “a contratação dessas empresas para implantação da base e produção do material didático, antes mesmo de sua aprovação” são elementos que comprovam os reais interesses da imposição de uma padronização curricular desnecessária e contraproducente. A BNCC contou com intensa propaganda institucional veiculada na mídia e com o apoio do movimento ‘Todos pela base’¹³.

A reconfiguração do CNE é objeto de Nota assinada por 7 entidades nacionais¹⁴, que lamentam que tenha sido desfeita “a pluralidade de posições e de concepções no interior do CNE” com a revogação de Decretos de nomeação e recondução excluindo vozes comprometidas com a defesa da educação pública. A composição atual do CNE traz ‘um risco de ruptura do diálogo republicano’ e “representa mais um grave retrocesso para a educação do país, com impactos nas políticas educacionais pelos próximos quatro anos, independentemente do resultado do pleito eleitoral”. (ABdC et al, 2018)

As propostas de padronização curricular, com a imposição das bases nacionais curriculares para a educação básica e, mais recentemente, para a formação de professores, são a principal política educacional implementada pelo MEC, pós-Golpe de 2016. As críticas¹⁵ à BNCC denunciam sua centralidade no projeto educacional neoliberal, pois favorece processo de padronização, controle, mercantilização e privatização. Ademais, o modelo de conteúdos curriculares a serviço de desenvolvimento de competências retroage à uma concepção já ultrapassada, presente nas DCNs de Formação de Professores (Resolução CNE nº 1/2002), revogada pela Resolução CNE nº 2/2015.

A BNCC, marcadamente conteudista e disciplinarista, tem foco em objetivos de

¹² A BNCC da Educação Infantil e do Ensino fundamental foi aprovada em 15/12/2017, tendo o processo se iniciado em junho de 2015. A BNCC do Ensino Médio, publicizada em abril de 2018, foi aprovada em 07/11/2018, em um processo apressado e verticalizado, que suscitou enormes críticas, sendo que duas das cinco audiências públicas não ocorreram devido a protestos de manifestantes.

¹³ Como se autodenominam, são um grupo não governamental e apartidário de pessoas, organizações e entidades que, desde 2013, se dedica à causa da construção e implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio. O movimento tem o apoio do Banco Itaú, dos Institutos Unibanco, Airton Sena, Natura e Inspirare, das Fundações Lehman, SM, Santilana, Roberto Marinho e Maria Cecília Vidigal, da ABAVE, CENPEC, DEDAC, além da UNDIME e CONSED e do movimento ‘Todos pela educação’.

¹⁴ ABdC, Abrapec, Anfope, Anpae, Anped, Cedes, Fineduca e Forumdir.

¹⁵ A Anped fez um apanhado das suas notas sobre a BNCC em <http://www.anped.org.br/content/anped-e-bncc-luta-resistencia-e-negacao>. Consultar as notas da ABdC, Anpae e Anfope sobre o tema.

aprendizagem, mas reducionista, contribui para o estabelecimento de um currículo mínimo, empobrecendo o currículo escolar, acentuando a dualidade educacional e impactando, negativamente, o trabalho docente, alienando-o e contribuindo para sua precarização, em movimento contrário ao da valorização docente. Ademais, a BNCC se vincula a uma política gerencialista de controle externo da gestão escolar e do fazer docente, por meio de avaliações em larga escala (de alunos, professores e gestores) aliadas à responsabilização local pelos resultados, penalizando as escolas, sem assegurar os recursos de que esta necessita. A Anfope (2017) denunciava:

A homogeneização proposta impacta negativamente a formação de professores ao impor uma lógica centralizadora nos processos educativos e de avaliações de larga escala de instituições educacionais, de professores e da aprendizagem.

A BNCC ainda fere o princípio da gestão democrática e da construção participativa da comunidade escolar no Projeto Pedagógico. Ela desconsidera as condições concretas de trabalho escolar, a pluralidade e a diversidade de instituições e suas diferentes realidades, e o rico potencial criativo do cotidiano escolar. A Anfope explicitava, ainda,

a adequação automática da formação docente aos itens da BNCC, ferindo a autonomia das instituições formadoras, restringindo a formação de professores em sua dimensão cognitiva, a um contexto, em que a educação privada e a modalidade de educação a distância avançam de maneira assustadora no campo das licenciaturas e da formação continuada dos profissionais da educação, em que campeia a adoção de material didático previamente estabelecido, atendendo a interesses de fundações privadas. (ANFOPE, 2017)

Em 2019, toma corpo o processo de implantação da BNCC, a cargo dos entes federados. Entretanto, o MEC do Governo Bolsonaro, com uma gestão ministerial marcada por bizarrices e condutas incompatíveis, não se empenhou, ainda que não tenha atrapalhado, a implantação da BNCC. O processo de implantação da Base segue a cargo das redes municipais e estaduais, com o apoio de diversas empresas interessadas na mercantilização dos produtos e dos serviços pertinentes à BNCC, isto é, a elaboração de materiais didáticos, apostilas e manuais, assim como treinamentos para professores, desvelando seus interesses mercantilistas.

A padronização universal imposta pela BNCC conta com o apoio das redes públicas (Consed e Undime), ‘seduzidas’ por promessas e ‘facilidades’ ofertadas pelas fundações

para melhorar o ensino, a gestão e os índices de desempenho/aprendizagem dos alunos –, avaliados pelos indicadores da BNCC. Nesse contexto, o discurso de ineficiência do professor e da escola não considera as condições concretas das instituições, dos professores e dos alunos e suas famílias, e os poucos recursos materiais disponíveis. A BNCC, necessariamente, vai impactar a formação de professores, assim como sua atuação e carreira. A padronização curricular tem o apoio da mídia, e a propaganda institucional mascara a baixa qualidade do processo e do produto.

Acreditamos, que o cerne da premência de padronização curricular não se encontra nos alegados aspectos pedagógicos ou curriculares, ou ainda institucionais, e nem em preocupações em assegurar direitos de aprendizagem, mas no campo da reorientação da política educacional, por conta da mudança de projeto político para o país, comprometendo sua soberania e a própria democracia. Para implantação desse projeto de desmonte do Estado e do bem público, a educação e a formação de professores têm papel central, por isso, os ataques às instituições e aos profissionais da educação. Como explicita a declaração de voto, das únicas conselheiras que votaram contrariamente à aprovação da BNCC:

Não é incomum a adoção de medidas imediatistas, desvinculadas de um planejamento pautado em marcos de referência e nos diagnósticos, como é o caso da BNCC, que desde o seu início privilegia um conjunto de conteúdos e objetivos sem o fundamental suporte de uma referência que deixe claro o projeto de nação e educação desejadas. (AGUIAR, TUTTMAN, LACERDA, 2018, p. 273.)

Além da reconfiguração da política educacional para implantar a padronização curricular, protagonizado pelo CNE, com o apoio do movimento Todos pela Base, abrindo caminhos para as propostas de privatização, outros desafios se colocam após a posse do novo Governo, a saber, o enfrentamento do conservadorismo moral, do fundamentalismo religioso e da ideologização política, que impregnam o MEC¹⁶ e suas ações marcadas pelo extremismo à direita que assumiu o poder político. A aversão ao conhecimento e à ciência que altos escalões do Governo demonstram é uma das facetas desse extremismo, assim como as campanhas de descrédito e difamação contra as Universidades públicas, seus profissionais e estudantes, que visa, ainda, frear o acesso ao ensino superior e alienar a

¹⁶ Se o MEC, na gestão Mendonça/Temer, tem os empresários e as fundações como parceiros e interlocutores preferencias, assim como o no CNE, a partir de 2019, o ‘novo’ MEC, com Velez e Weintraub, sem abrir mão da concepção economicista, introduz um viés conservador, fundamentalista e ideológico, e traz, para a pauta, a militarização das escolas, o controle ideológico das instituições e as avaliações e o *homeschooling*.

juventude. A escola e a universidade pública são espaços de aprendizado e construção da cidadania e da participação, do contrato social civilizatório, da possibilidade de pensamento crítico, da pluralidade e do respeito à diversidade e, portanto, da democracia, e assim, se tornam alvo preferencial dos ataques e desmontes. Entretanto, não há contradição entre a aparentemente esdrúxula associação entre o ultraliberalismo e o neoconservadorismo, que se afinam na defesa dos interesses do mercado. Como explicita Freitas (2019, p.28), o neoliberalismo dos anos 90 “está de volta em uma coalizão com os conservadores, no governo Bolsonaro”, exigindo que intensifiquemos a resistência às políticas públicas neoliberais em curso, que, agora, retomam e aprofundam a reforma empresarial da educação.

O redesenho da política educacional permanece favorecendo os processos de privatização, mercantilização e financeirização da educação, seguindo os ditames do neoliberalismo, ainda que temperados pelo conservadorismo. Assim, as (contra)reformas educacionais confirmam e acirram a dualidade da educação brasileira em movimento retroativo nos processos de democratização do acesso e de ampliação do direito educação, que os cortes nos financiamentos na área pública acentuam. Cabe ainda registrar que a aversão à gestão democrática é um ponto em comum entre os ultraliberais e os neoconservadores, e que está no bojo da padronização imposta. Como exemplo, a extinção dos Conselhos¹⁷, em diversas áreas da gestão pública, se configura como uma tentativa de anular a participação da sociedade na formulação de políticas públicas.

Sintetizando, podemos afirmar a centralidade dos ataques à educação, dado o conjunto de medidas instituídas que acentuam a desresponsabilização do Governo com a promoção do direito à educação e com a oferta pública da escolarização e seu financiamento. Dentre essas medidas destacamos: a EC 95/2016 – que compromete os investimentos necessários para o cumprimento do PNE –, a proposta de desvinculação de percentuais para a educação e a descaracterização do CAQ/CAQi, a demora em aprovar o Fundeb, os cortes de verbas e bolsas, o fim de programas de formação e a ‘(i)responsabilidade’ fiscal que impede governantes de pagar seu funcionalismo.

Tais ações se adequam às principais tendências curriculares pós-Golpe: concepção reducionista do currículo, seu esvaziamento e empobrecimento, uma alardeada e falsa (des)ideologização, que, na realidade, é a imposição de uma ideologia, a par do

¹⁷ Decreto 9759 de 11/04/2019.

autoritarismo, que a centralização e controle reforçam, e do padrão de qualidade submisso aos interesses do mercado.

DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ao apresentamos o cenário de retrocesso e desmonte das políticas educacionais no pós-golpe, no campo da formação de professores, os ataques também foram significativos. Destacamos o fim de programas de formação e o descarte das IES públicas dos programas não extintos, provocando a desarticulação do processo iniciado entre as instituições formadoras e as redes, o desmonte de experiências exitosas e a desconstrução de projetos de formação continuada (e, também, inicial, com a descaracterização do PIBID), comprometidos com a docência como atividade intelectual e criadora. Tais medidas atendem aos interesses de segmentos do empresariado nacional e das fundações privadas, que demandavam aquinhoar-se do fundo público destinado à formação de professores das redes, então, a cargo de programas e de ações em parceria com as IES públicas.

Nesse cenário, temos a ampliação exponencial da formação inicial (licenciaturas) e da formação continuada de professores nas IES privadas e, principalmente, na modalidade a distância (EAD). A padronização era demandada para favorecer os processos de privatização da formação, pois a pluralidade de concepções pedagógicas e curriculares das redes, a possibilidade de construção coletiva dos projetos políticos-pedagógicos pelas comunidades escolares e a própria diversidade cultural do país eram obstáculos à intensificação da mercantilização de produtos e serviços, como a venda de sistemas de ensino, de pacotes de formação e de materiais didáticos.

Nas últimas décadas, o mercado educacional brasileiro passou por intenso processo de financeirização, internacionalização e oligopolização¹⁸. A padronização imposta pela BNCC, com a redução e esvaziamento do currículo, e a reforma do ensino médio, com a indução à EAD, favoreceram essa mercantilização.

Não menos importante, nesse processo de desmonte da formação, está o adiamento da Res. 02/2015, atrasando sua implementação.

¹⁸ A Kroton S.A. é um exemplo do processo de financeirização, internacionalização e oligopolização do ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil, pois, através de fusões e aquisições e abertura de capital, transformou-se na maior empresa educacional do mundo. Contribuiu para esse sucesso o seu formato de ensino padronizado e replicável, subsidiado pela tecnologia da informação. Atualmente, a holding atua em quatro campos: ensino superior, educação básica, gestão da educação básica e gestão do ensino superior, com a produção de material didático e com a oferta de serviços de gestão.

A retomada neoliberal, em curso, é agravada, por meio da eleição de um governo conservador, cujas ações e políticas vem incidindo, diretamente, sobre as políticas públicas, e particularmente, as educacionais. Neste cenário, o MEC manteve a sua investida no sentido de rever a política de formação de professores e encontrou no Conselho Nacional de Educação, após recomposição de seus membros, caminho fértil para desenvolver ações e movimentos direcionados a alteração e revogação das DCNs que, paradoxalmente, se encontram em fecundo processo de materialização pelas Instituições de Educação Superior, especialmente Universidades e Institutos Federais. (DOURADO; TUTTMAN, 2019, 206-207)

A Resolução 02/2015 representou a materialização dos princípios e concepções afinados com os historicamente defendidos pelo movimento de educadores: a base comum nacional da formação, entendida como “uma concepção básica de formação do educador e a definição de um corpo de conhecimento fundamental” em que “a docência constitui a base da identidade profissional de todo educador” (CONARCFE, 1983). A base é comum a todas as licenciaturas, pois todos os licenciandos são formados para serem professores.

A base comum nacional, forjada, coletivamente, no bojo do movimento dos educadores, ainda nos anos 1980, quando se fortaleciam a luta em defesa da Educação pública¹⁹, de políticas de formação e de valorização dos profissionais da Educação e dos princípios democráticos, materializados na CF de 1988. Consideramos que nenhum retrocesso ou imposição pode suprimir princípios e, portanto, a proposição é de se resgatar o instituído e o conquistado, que, no campo da formação, significa a defesa da base comum nacional e da manutenção da Resolução 02/2015 como orientadora dos projetos de formação das IES, além do repúdio a sua revogação pela Resolução 02/2019.

Cabe, aqui, resgatar o que constitui a base comum nacional, defendida pelo movimento de educadores, transformado em entidade, Anfope, em 1990. Instituída em torno de princípios, configurados e construídos historicamente, que propugnam:

- 1) formação inicial, sempre presencial e em nível superior, e a continuada contextualizada...;
- 2) transformação do sistema educacional em articulação com a mudança estrutural e conjuntural visando à construção de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária;
- 3) gestão democrática da educação integrante da democratização da sociedade brasileira;
- 4) autonomia universitária;
- 5) reformulação dos cursos de formação de professores;
- 6) defesa da Universidade e suas Faculdades de Educação como locus

¹⁹ Materializada na criação do Fórum Nacional em defesa da escola pública (FNDEP), para intervir nas proposições sobre educação na Constituinte, e, posteriormente, influenciar a elaboração da nova LDB.

- para a formação;
- 7) superação do caráter fragmentário e dicotômico da formação;
- 8) extinção gradativa da formação de professores em nível médio.

Por fim, temos como princípio basilar a defesa da Base Comum Nacional dos cursos de formação de professores, que se configura como:

- sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos;
- unidade teoria-prática atravessando todo o curso;
- trabalho coletivo e interdisciplinar como eixo norteador do trabalho docente;
- compromisso social do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-histórica de leitura do real e nas lutas articuladas com os movimentos sociais;
- gestão democrática;
- formação continuada aliada ao atendimento das demandas coletivas da escola;
- avaliação permanente dos cursos de formação como responsabilidade coletiva à luz do projeto político-pedagógico de cada curso/instituição.

A base comum nacional se opõe, de forma radical, a processos de centralização, padronização, controle e, portanto, não se confunde com a base nacional comum da BNCC e nem com a base nacional comum da formação inicial (BNC-Formação) e da formação continuada (BNC-FC). A ordem das palavras altera, totalmente, o sentido das bases que representam concepções antagônicas de formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, APONTANDO PARA A RESISTÊNCIA

No cenário atual, marcado por intensa reconfiguração das políticas educacionais, destacamos, dentre os muitos desafios, postos à formação de professores, a imposição de adequação dos cursos de licenciatura à BNCC, pela Resolução 02/2019, que revoga a Res. 02/2015. Consolidação da implantação da BNCC, tal ação impacta, negativamente, a educação e a formação de professores no país, favorecendo processos de privatização e mercantilização a par da desqualificação do magistério.

Diante de tantas incertezas e retrocessos, com a BNCC sendo imposta nas redes e em escolas, com a BNC da Formação já homologada e a BNC da formação continuada em processo de elaboração no CNE, sem a oitiva das entidades, em mais uma imposição, é o momento de reafirmar princípios e orquestras resistências. Assim, afirmamos o ponto de vista e a perspectiva que orienta o referencial desse texto: a defesa da escola e da

Universidade pública, as concepções das entidades nacionais e do movimento de educadores.

Sobre a formação, a concepção que defendemos é aquela comprometida com a escola pública, laica, gratuita, inclusiva e de qualidade referenciada no social, que ajude a construir um projeto de sociedade mais democrática e cidadã, em que o Estado seja patrimônio comum a todos e, para tal, tomamos como princípios os da democracia, da justiça social, da liberdade e da pluralidade.

A tendência curricular atual impõe extremo controle, centralização e padronização não somente sobre os currículos escolares, mas também sobre os projetos curriculares ancorados na Resolução 02/2015, agora revogada. A descaracterização curricular proposta enfatiza a supressão de temáticas referentes à valorização da diversidade, desconsiderando princípios constitucionais. Ao discutir e problematizar a política educacional atual, que reduz o direito à educação, finalizamos propondo alternativas de resistência a esse processo de desmonte da educação básica e da formação de professores.

Consideramos, como defendem as entidades nacionais²⁰ do campo educacional, que a complexidade de uma política curricular nacional é incompatível com a adoção de matrizes curriculares homogeneizadas, que ameaçam o princípio federativo republicano da autonomia dos sistemas estaduais e municipais de ensino e a construção dos projetos político-pedagógicos das instituições escolares, assim como dos cursos de formação de professores.

Nossa proposição de resistência é disseminar o repúdio à adequação automática da formação docente aos itens da BNCC, que fere a autonomia das instituições formadoras, restringe a formação à dimensão cognitiva, a matrizes curriculares homogeneizadas e à lógica centralizadora e das avaliações de larga escala. Para tal, é importante denunciar, também, o significado e o impacto na adoção da BNCC nas redes, também presente nas críticas das entidades e da Anfope.

A legislação alterada para retirar direitos, precarizar a formação, desqualificar e precarizar o trabalho docente, aligeirar cursos, favorecer a privatização e ferir a autonomia das Universidades ameaça, também, criminalizar professores, gestores e instituições, desacreditar a escola pública, ‘proibir’ conteúdos, anular a obrigatoriedade escolar. Assistimos aos interesses de poucos se sobreporem aos direitos de todos, promovendo o

²⁰ Entidades de estudo e pesquisa (Anfope, Anpae, Anped, ABdC, Fineduca, Cedes, Abrapec, SBEnBio, SBEnQ, SBEM, ABALF, et al), Foruns (Forumdir, ForParfor, ForPidid RP, ForumEJA, Mieib et al) e sindicatos (Cnte, Contee, CUT, Proifes, Andes, Fasubra et al).

aumento da desigualdade e da exclusão social, ao negar o direito à educação e o direito de aprender. Os direitos de aprendizagem alardeados pela BNCC são a possibilidade de aprender apenas o mínimo. Essa falsidade discursiva, disseminada pela mídia oficial que manipula alunos e pais e os coloca como desejosos da privatização anunciada via *vouchers*, muitas vezes, encontra eco no interior da escola.

Os currículos unificados são totalmente inadequados às necessidades e às possibilidades locais, mas prometem uma ilusória e artificial melhoria de índices, focando no resultado mensurável, nas avaliações em larga escala. A visão reducionista e equivocada de aprendizagem, baseada em competências, levará ao aligeiramento e à minimização da formação das crianças, dos jovens e dos professores. São propostas descaracterizadoras da formação que precisam ser combatidas. Portanto, a rejeição à implementação da BNCC e das novas DCNEM na educação básica e da BNC da Formação nas licenciaturas é uma possibilidade concreta de desobediência civil.

Na mesma direção, está a denúncia do impacto danoso dessas políticas na formação da infância e juventude, assim como do descaso com a implementação do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), que possui metas e estratégias para a elevação da qualidade da educação. Por fim, propomos a implementação das Diretrizes Curriculares de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da educação básica (Resolução 2/2015) e das DCN para a Educação Básica (2010), negando a descaracterização proposta pela Resolução 02/2019.

É importante encontrar estratégias de luta para resistir e enfrentar a tsunami conservadora na educação, na cultura, na política e combater o avanço do fundamentalismo religioso e da militarização na esfera pública estatal e a articulação de forças conservadores e liberais na disputa por maior controle político e ideológico da escola e da Universidade. Assim como resistir ao projeto de Estado mínimo e de desmonte do público, estatal, laico, republicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABdC. *Documento produzido pela Associação Brasileira de Currículo (ABdC) encaminhado ao CNE no contexto das Audiências públicas sobre a BNCC / 2017*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/associacao-brasileira-de-curriculo-abdc-encaminha-documento-ao-cne-no-contexto-das-audiencias> Acesso em: 15 Jun.2020.

ABdC, ABRAPEC, ANFOPE et al. *Nota das Entidades Educacionais para o CNE*. <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Nota-das-Entidades-Educacionais-para-o->

CNE.pdf Acesso em: 15 Jun.2020

AGUIAR, M. A.; SANTANA, A.O.; TUTTMAN, M. Pedido de vistas das conselheiras Aurina Oliveira Santana, Malvina Tuttmann e Márcia Angela Aguiar. *Movimento - Revista de Educação*, Niterói, ano 5, n.8, p.268-280, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32656/18791> Acesso em: 15 Jun.2020.

ANFOPE. *Posição da ANFOPE sobre a BNCC*. Disponível em: http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/CARTA-de-Brasilia_ANFOPE-V-Audiencia-Publica-CNE.-11.9.2017.pdf Acesso em: 15 Jun.2020.

ANFOPE, FNPE, FORUMDIR et al. *Contra a descaracterização da formação de professores. Nota das entidades nacionais em defesa da Res. 02 /2015*. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Nota-entidades-formacao-atual-v.14out.pdf> Acesso em: 15 Jun.2020.

ANFOPE.FORUMDIR. *Manifesto em defesa da formação de professores*. Disponível em: http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/12/NOTA_FORMACAO_PROFESSORES-Anfope-Forumdir.pdf Acesso em: 15 Jun.2020.

ANPED et al. *“Na arquibancada pra a qualquer momento. Ver emergir o monstro da lagoa”*. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Nota-entidades-sobre-a-bnc-de-forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores.pdf> Acesso em: 15 Jun.2020.

ANPED. *Nota da ANPEd sobre a entrega da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE)*. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/nota_da_anped_sobre_a_entrega_da_terceira_versao_da_base_nacional_comum_curricular_abril_2017.pdf Acesso em: 15 Jun.2020.

ANPED. *Manifesto contra a base nacional comum curricular*. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/manifesto2_contra_a_base_nacional_comum_curricular.pdf Acesso em: 15 Jun.2020.

ANPED. *A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Disponível em: www.anped.org.br/sites/default/files/images/a_anped_e_a_bccc_versao_final.pdf Acesso em: 15 Jun.2020.

DOURADO, L. F.; TUTTMAN, M. T. Formação do magistério da educação básica nas universidades brasileiras: institucionalização e materialização da Resolução CNE CP nº 2/2015. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/issue/view/108/DA> Acesso em: 15 Jun.2020.

FREITAS, L.C. ANFOPE: concepções predominantes nos anos iniciais e sua importância para a luta atual. In: *Formação em Movimento*, v.1, n.1, jan.-jun.2019. Disponível em <http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/article/view/445/780> Acesso em: 15 Jun.2020.